



HOMENS E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO - VISIBILIDADES E INVISIBILIZAÇÕES

DOI: 10.48075/ri.v25i2.31040

Andressa Cezimbra Reichow¹
Maria Clara Soares Salengue²
Myriam Siqueira da Cunha³
Vivian Lautenschlager da Silva Martinez⁴

RESUMO: O tema das políticas públicas para homens, no Brasil, começa a receber atenção entre as décadas de 1960 e 1970 do século XX, diante da necessidade de lidar com o fato de que, ao mesmo tempo em que homens detinham maior poder que as mulheres, eles possuíam desvantagens em relação a elas no que se refere às taxas de morbimortalidade. Nesse contexto, este artigo apresenta uma revisão baseada no método de Scoping Review, sobre políticas públicas direcionadas aos homens no período de 2010-2020. Para tal, partiu-se da seguinte questão: como a produção científica acadêmica relaciona “homens” com as políticas públicas a eles destinadas? Utilizou-se a Análise Textual Discursiva para o processo de compreensão do material coletado. Esse é um processo auto-organizado em que novos entendimentos emergem de uma sequência de três componentes: desconstrução dos textos do corpus - unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários – categorização; apreensão do emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Nesse processo, emergiram dos resultados duas categorias: O Público e o Privado nas Políticas Públicas e Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações. Esses achados expõem a complexidade da questão. Os discursos, que se inserem no plano simbólico, instituídos por meio de diferentes rituais que naturalizam a estrutura de poder e dominação, ditam e delimitam espaços de

¹ Bacharel em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: psico.andressareichow@gmail.com

² Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas, doutora pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e docente da Universidade Católica de Pelotas. E-mail: mariaclara.salengue@gmail.com

³ Formada em Filosofia e Direito, mestre e doutora em Engenharia de Produção. Docente do IFSUL/CAVG, pesquisadora do Grupo interdisciplinar de extensão, ensino e pesquisa em política de educação (GIPE/CNPq). E-mail: mcpel@gmail.com

⁴ Especialista em Turismo pela Universidade Católica de Pelotas. E-mail: vivian.ucpel@gmail.com

circulação e atuação para mulheres e, também, para homens. Esses homens, presos aos papéis de gênero, pouco questionam sobre as construções sociais em torno de sua masculinidade, exercendo-a com plena visibilidade.

Palavras-chave: homens; políticas públicas; análise textual discursiva; psicologia.

MEN AND PUBLIC POLICIES: BETWEEN THE PUBLIC AND THE PRIVATE - VISIBILITIES AND INVISIBILIZATION

ABSTRACT: The subject of public policies for men in Brasil starts to get attention between the 1960s and 1970s of the twentieth century, in view of the need to deal with the fact that, at the same time that men held greater power than women, they had disadvantages in relation to them in terms of morbidity and mortality rates. In this context, this article presents a review based on the Scoping Review method, on public policies aimed at men in the period 2010-2020. To do so, we started with the following question: how does academic scientific production relate “men” to public policies intended for them? Discursive Textual Analysis was used for the process of understanding the collected material. This is a self-organized process in which new understandings emerge from a sequence of three components: deconstruction of the corpus texts – unitarization; establishment of relationships between unitary elements – categorization; apprehension of the emergent in which the new understanding is communicated and validated. In this process, two categories emerged from the results: The Public and The Private in Public Policies and Men and Public Policies: Visibilities and Invisibilities. These findings expose the complexity of the issue. The discourses, which are inserted in the symbolic plan, instituted through different rituals that naturalize the structure of power and domination, dictate and delimit spaces of circulation and performance for women and also for men. These men trapped in gender roles, question little about the social constructions around their masculinity, exercising it with full visibility.

Keywords: men; public policy; discursive textual analysis; psychology.

INTRODUÇÃO

No Brasil, políticas públicas representam, desde a Constituição Federal de 1988, o campo da garantia de direitos a todo e qualquer cidadão (BRASIL, 1988). Para Gonçalves (2013), essas políticas buscam assegurar um espaço social para o desenvolvimento de “todos” os indivíduos.

O tema das políticas públicas para homens começa a receber atenção entre as décadas de 1960 e 1970 do século XX, nos Estados Unidos da América. Diante da necessidade de lidar com o fato de que, ao mesmo tempo em que homens detinham maior poder que as mulheres, possuíam desvantagens em relação a elas no que se refere às taxas de morbimortalidade (COUTO; GOMES, 2012).

Os dados não são novos, porém mantêm-se atuais. Se por um lado serviram como disparadores para estudos do campo da saúde a partir da década de 1990 – os quais passam a focalizar os homens não apenas como organismos do sexo masculino, mas também em suas singularidades. Por outro, são utilizados de maneira descontextualizada, como forma de justificar o planejamento de políticas públicas destinadas a essa camada da população.

Pode-se compreender a estruturação das sociedades ocidentais como um sistema de diferenças que organiza todo o cosmos. Semelhantes nas diferenças, as oposições são concordantes para se apoiarem mutuamente e, também, suficientemente divergentes para conferir uma espécie de “espessura semântica” (BOURDIEU, 2012).

Essa estrutura naturaliza as oposições e, dessa forma, constitui as “diferenças sexuais”, imersas nesse conjunto homólogo. Bourdieu (2012), muito embora rejeitasse a denominação de pós-estruturalista, defendia que a própria diferença biológica tratava-se de uma construção social. Assim, o conhecimento das estruturas objetivas e cognitivas de uma sociedade fornece instrumentos que permitem compreender melhor alguns dos aspectos dissimulados daquilo que são as relações nas sociedades contemporâneas.

Beauvoir (1970, p. 12) defende que “a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele”. A “alteridade” torna-se categoria fundamental do pensamento humano e, nesse contexto, o homem é o sujeito absoluto e a mulher é “o Outro”. As denominadas “ciências dos homens” tomaram como objeto: a mulher, a criança, os loucos ou os sexualmente desviantes e muito pouco estudaram sobre os homens como representantes de um gênero específico” (AGUIAR, 2009, p. 7).

Como uma “teia de valores” há muito vem sendo discutida. Os estudos feministas, que ganharam ênfase especialmente a partir da década de 1980, defendem que a masculinidade – situada nas relações de gênero – pode ser entendida como um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que o homem tenha. No entanto, a partir das referências históricas pode-se entender que sociedades ocidentais ainda se utilizam de um ideal de homem como forma de controle dos corpos. Assim, o modelo de masculinidade hegemônica dita regras, princípios e o que é esperado dos sujeitos.

Em consonância, Kahhale (2015) refere que apesar da sobrevivência da espécie ser uma função básica, no processo de humanização perde sua determinação biológica mais essencial para se tornar um mecanismo complexo de expressão das relações sociais. Dessa forma, pensemos em sujeitos com subjetividades produzidas a partir de esquemas objetivos e cognitivos – de aplicação universal – que tratam como naturais um sistema de diferenças

que, em verdade, é arbitrário. A forma de pensar o dominante – a masculinidade – não é diferente. Nessa perspectiva, enquanto mulheres são submetidas a um trabalho de socialização que tende a diminuí-las, homens estão, da mesma forma, prisioneiros. Conforme argumenta Bourdieu (2012, p. 64) “O privilégio masculino é também uma cilada e encontra sua contrapartida na tensão e contensão permanentes, levadas por vezes ao absurdo, que impõe a todo o homem o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade”.

A condição masculina, porém, não exige demarcações. Dessa forma, a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção, concretizando a visão androcêntrica. Ou seja, tende a assumir o masculino como modelo, impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la (BOURDIEU, 2012).

Heilborn e Carrara (1998) defendem que, historicamente, homens figuraram como referentes implícitos de seus discursos, como representantes universais da espécie humana. A emergência do gênero masculino, como objeto de reflexão das ciências humanas, correlaciona-se, porém, com a perda dos seus privilégios sociais.

No entanto, a mesma sociedade que outorga poder aos homens e os coloca em posições de maior prestígio, produz seu sofrimento. Da mesma forma, Aguiar (2009) refere que os benefícios adquiridos a partir das posições de autoridade, raramente atendem às necessidades dos homens. Expressão emocional, afetos, satisfação sexual e saúde física são áreas que os homens têm pouco controle, em decorrência dos processos de socialização e construção das identidades masculinas (AGUIAR, 2009).

A delimitação dos espaços de atuação e circulação de homens e mulheres, inscrita na construção de suas identidades, de acordo com Bourdieu (2012), inicia-se por meio de “rituais de instituição”, no sentido daquilo que está institucionalizado. Desde muito cedo os meninos são estimulados a desenvolver capacidades que propiciem a resolução de problemas de maneira prática, rápida e lógica. Enquanto isso, outras tantas habilidades, socialmente naturalizadas como biologicamente pertencentes ao “sexo feminino”, tais como: empatia, cuidado com a casa e filhos, expressão dos próprios sentimentos, são pouco desenvolvidas ou negligenciadas. Espera-se dos homens que sejam fortes, ativos, destemidos e competidores na vida para serem capazes de prover a família.

No entanto, pouco se considera a condição em que as identidades masculinas se constituem, a fim de propiciar uma discussão acerca das consequências que geram tanto aos homens quanto as mulheres. A divisão dos papéis tradicionais de gênero põe em questão os

espaços nos quais homens e mulheres estão autorizados a circular. Entende-se que essa estruturação perpassa os campos de entendimento, inclusive o de planejamento de políticas públicas. Nesse contexto, este artigo teve como objetivo conhecer como a produção científica acadêmica relaciona “homens” com as políticas públicas a eles destinadas. Para tanto, utilizou-se uma revisão baseada no método de Scoping Review, sobre políticas públicas direcionadas aos homens no período de 2010-2020.

Como resultado desse processo, emergiram duas categorias transversais: 1) O Público e o Privado nas Políticas Públicas; 2) Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações.

A primeira, expressa uma estruturação que historicamente tem dividido os espaços em “âmbito do público” versus “âmbito do privado” e, respectivamente, falam sobre o campo de circulação dos homens e das mulheres. A segunda, traduz a forma como vem sendo utilizado o conceito “homens”, para o planejamento de Políticas Públicas a eles destinadas. Na produção acadêmica analisada, não encontramos homens (invisibilizações), e sim, em sua maioria, estudos enfocando a análise de Políticas Públicas para homens (visibilidades).

MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão de literatura, baseado no método de Scoping Review, ou Revisão de Escopo. De acordo com Schaefer et al. (2018), esse é um tipo de método utilizado quando o objetivo é mapear produções científicas relevantes no campo de interesse, o que possibilitou revisar as evidências de pesquisas na área da saúde. Para sua execução, tornou-se necessário seguir as seguintes recomendações: (1) Elaborar uma pergunta de pesquisa vinculada ao objetivo; (2) Estudar a viabilidade, da amplitude e da abrangência da revisão; (3) Identificar/selecionar estudos relevantes; (4) Extrair dados; (5) Sumarizar e relatar resultados, incluindo resumo numérico e análise qualitativa, considerando as implicações dos estudos nas políticas, práticas ou pesquisas (LEVAC et al., 2010).

O problema de pesquisa foi elaborado baseando-se na estratégia “Problema, Conceito e Contexto” (PCC), conforme descrita por Brum (2016). Após observar práticas de adequação semelhantes, utilizou-se P para identificar a população do estudo – produção científica acadêmica; C para o conceito em foco – homens; C como contexto – políticas

públicas. A estratégia PCC auxiliou na identificação dos tópicos-chave. Dessa forma, ajustando-a ao objetivo do estudo, foi possível definir a questão norteadora desta revisão: como a produção científica acadêmica relaciona “homens” com as políticas públicas a eles destinadas.

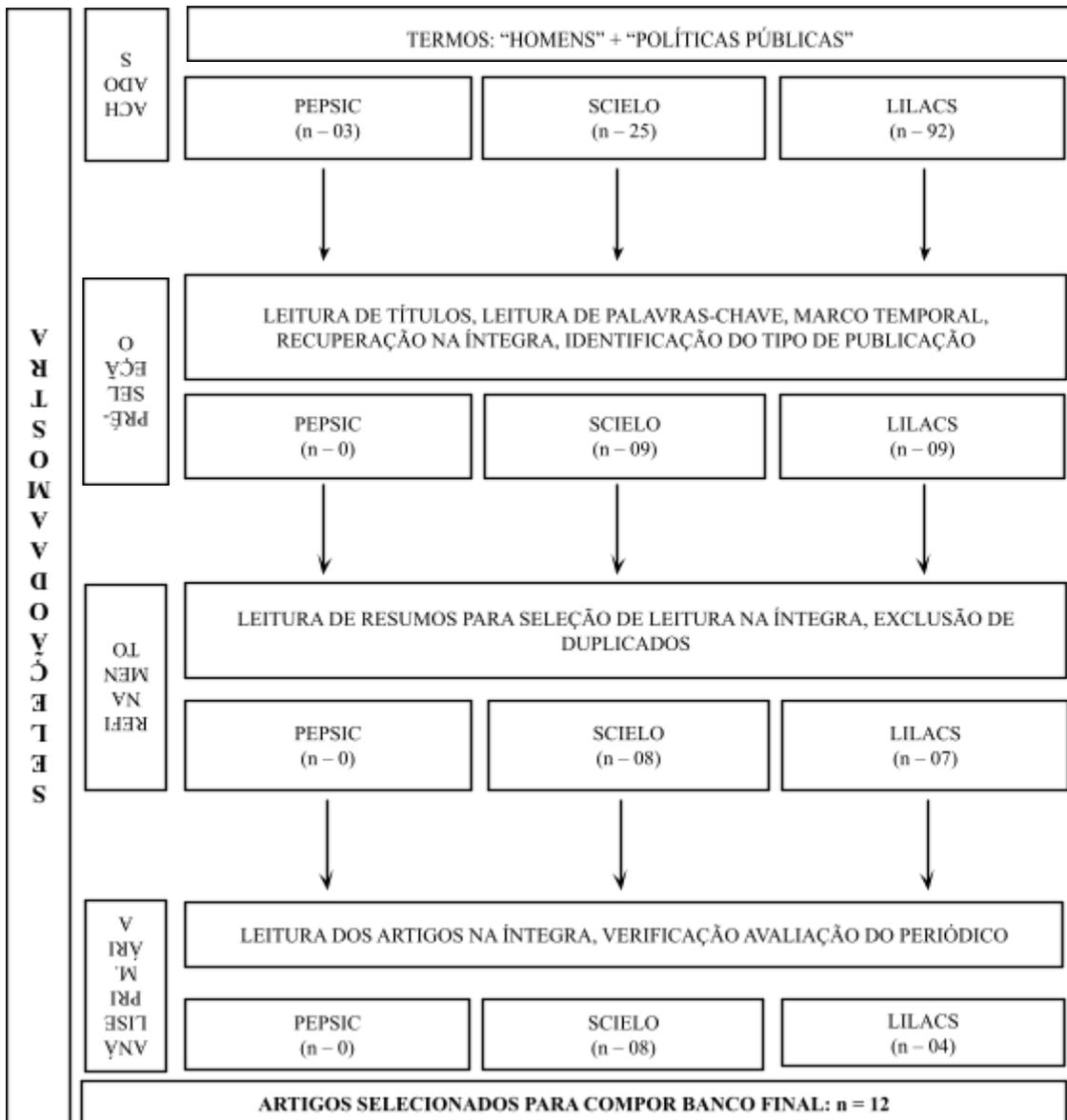
A estratégia de busca considerou artigos publicados entre 2010 e 2020, em periódicos indexados, a fim de selecionar trabalhos submetidos a processos de avaliação. Os critérios de exclusão foram: artigos não indexados, teses, dissertações, resenhas, livros e capítulos de livros; publicação distante do tema objetivado; estudo realizado fora do país. Esse último critério foi estabelecido em função de que, nesse primeiro momento, o objetivo desta pesquisa era conhecer a realidade das produções brasileiras acerca do tema.

As bases de dados consultadas foram LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) e PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia). Neste estudo, foram utilizados os Descritores em Ciência da Saúde (DeCS), sendo eles: “homens” e “políticas públicas”.

O processo de busca iniciou-se a partir da questão de pesquisa, com isso chegou-se ao universo de 120 achados, distribuídos entre as bases de dados consultadas. A primeira etapa, intitulada de Pré-seleção, consistiu em realizar leitura dos títulos dos artigos e das palavras-chave, verificar o marco temporal, o tipo de publicação e a possibilidade de recuperação do material, na íntegra. Essa etapa, realizada nas duas primeiras semanas do mês de maio de 2020, aproximou-se, ainda que de forma abrangente, dos estudos que versavam sobre o atendimento a homens e/ou políticas públicas a eles destinadas. Os trabalhos pré-selecionados foram recuperados e adicionados a uma base de dados construída para essa finalidade.

O processo contou com mais duas etapas, intituladas: Refinamento e Análise primária. Na etapa de Refinamento, foi realizada a leitura dos resumos dos artigos para seleção dos estudos, que seriam lidos na íntegra posteriormente, além da exclusão de artigos duplicados. Procedeu-se, então, à leitura dos materiais, na etapa chamada de Análise primária. Essa etapa permitiu acessar mais profundamente o conteúdo selecionado. Nessa etapa, alguns artigos foram descartados do banco de dados, resultando em um “n” final de 12 estudos. O processo pode ser consultado no Quadro 1 – Seleção da Amostra.

Quadro 1 – Seleção da Amostra.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Cabe frisar que, embora esse processo tenha sido relatado de forma linear, a construção de suas etapas resultou em “idas e vindas”, ou seja, constantes revisitações aos critérios estabelecidos. Especialmente, quando se iniciou a etapa de Análise primária, em que houve contato com as metodologias dos estudos a serem categorizados. Inicialmente, não havia sido determinado o escopo avaliativo Qualis-Periódicos que seria utilizado. Esse foi um critério de inclusão/exclusão, acrescentado somente na etapa da Análise primária. Para

atender critérios metodológicos mais rigorosos, optou-se por periódicos de avaliação A1, A2, B1 e B2.

Tanto para a etapa da Seleção da Amostra, quanto para a Extração dos Dados e Categorização, utilizou-se como ferramenta de apoio o programa Excel. Nele, os bancos de dados foram construídos em duas planilhas, para posterior inserção e organização. À medida que era realizada a leitura na íntegra dos 12 estudos selecionados, os seguintes dados foram registrados e, então, sintetizados nas planilhas: título do artigo; palavras-chave; TAGS (referindo-se aos temas/campo de estudo que contemplavam); autoria/grupo executante do estudo/universidade; ano de publicação; tipo de estudo; referencial teórico-metodológico; principais resultados encontrados.

Outras informações acerca do periódico também foram coletadas, como: nome; área; avaliação; ano de publicação e região do país. Tais informações tornaram-se pertinentes uma vez que se buscou traçar o perfil dos estudos produzidos em nível nacional.

Para o exame dos dados, foi utilizada a Análise Textual Discursiva. Conforme descrita por Moraes (2003, p. 192), é um processo auto-organizado em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus - unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários - categorização; e apreensão do emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada. Nesse processo de Análise Textual Discursiva, emergiram, dos resultados, duas categorias: O Público e o Privado nas Políticas Públicas e Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações, as quais serão apresentadas e discutidas a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 120 artigos nas três bases de dados consultadas, a partir dos descritores “homens” e “políticas públicas”. Desses, 18 foram selecionadas pelos critérios da pré-seleção: leitura de títulos, leitura de palavras-chave, marco temporal, recuperação na íntegra e identificação do tipo de publicação (para conferência ver Quadro 1 – Seleção da Amostra). Na etapa de refinamento, a qual consistiu de leitura de resumos e exclusão de duplicados, 15 estudos foram selecionados para compor a base que seria analisada primariamente.

Realizada a etapa de análise primária dos artigos, com a leitura na íntegra dos textos e exclusão de estudos publicados em periódicos fora do escopo avaliativo, chegou-se à amostra final. Os 12 estudos selecionados estão descritos no Quadro 2 – Descrição dos
[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

Estudos. Nesse quadro, os artigos foram divididos conforme o campo de estudo. Esses campos não foram previamente estipulados no processo de seleção, mas, emergiram como evidências significativas, dos próprios dados.

Com o intuito de apresentar os resultados, sistematizados de acordo com essas áreas, os textos serão referidos pela numeração de identificação de cada um, que pode ser consultada no Quadro 2. Essa numeração foi atribuída na etapa de Refinamento e será utilizada para fazer referência aos estudos com a intenção de objetivar a escrita e leitura deste texto.

Quadro 2 – Descrição dos estudos.

Políticas de Saúde destinadas aos homens		
N	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ESTUDO
4	PEREIRA, J (et.al). PNAISH: Uma análise de sua dimensão educativa na perspectiva de gênero. Rev Saúde e Sociedade. 2019.	Pesquisa documental. Realizou análise da PNAISH, discutindo alguns dos modos pelos quais o gênero atravessa as proposições, em um contexto em que <i>integralidade</i> e <i>equidade</i> são reiteradamente apresentados para instituir propostas educativas e de cuidado voltadas à saúde dos homens.
5	MARTINS, AM; MALAMUT, BS. Análise dos discursos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Rev Saúde e Sociedade. 2013.	Pesquisa documental. Realizou análise de documentos oficiais do Ministério da Saúde e de notícias jornalísticas referentes ao período de construção, lançamento e implementação da PNAISH. Apoiou-se na Teoria de Gênero e na noção foucaultiana do discurso.
7	LOPEZ, SB; MOREIRA, MCN. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. Rev Ciência & Saúde Coletiva. 2013.	Pesquisa documental. Realizou análise das interlocuções entre Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Buscou identificar: 1) como a perspectiva relacional de gênero e a masculinidade foram consideradas em cada política e 2) outros conceitos chave transversais às políticas estudadas.
8	COUTO, MT; GOMES, R. Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão. Rev Ciência & Saúde Coletiva. 2012.	Pesquisa documental. Realizou discussão acerca do tema Homens, Saúde e Políticas Públicas com base em referências teóricas e empíricas relacionadas a essas questões. Traçou marcos históricos e apresentou panorama da agenda de gênero nas políticas públicas para introduzir a discussão acerca da inserção da perspectiva no âmbito das políticas de saúde. Abordou o questionamento sobre o fato de as políticas de saúde dos homens promoverem ou não a equidade de gênero.
10	TEIXEIRA, DC (et. al). Concepções de enfermeiros sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Rev Trab. Educ. Saúde. 2014.	Pesquisa exploratória descritiva. Realizou entrevistas com 17 enfermeiros de um município do Estado de Santa Catarina, objetivando conhecer a implementação da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem de ótica de enfermeiros trabalhadores da Atenção Básica.
13	MENDONÇA, VS; ANDRADE, AN. A Política Nacional de Saúde do Homem: necessidade ou ilusão? Rev Psicologia Política. 2010.	Pesquisa exploratória. Realizou entrevistas abertas com 35 homens usuários de uma UBS localizada em um município do Espírito Santo, objetivando, por meio da Análise do Discurso, avaliar o que pensam os homens a respeito da criação de uma Política Nacional voltada para a saúde masculina.

14	SEPARAVICH, MA; CANESQUI, AM. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. Ver. Saúde e Sociedade. 2013.	Pesquisa documental. Realizou revisão de literatura científica de 27 estudos, orientado pela teoria de gênero sobre masculinidade, revisando os textos que trataram do tema nos periódicos de Saúde Coletiva/Saúde Pública no período de 2005-2011.
Políticas de enfrentamento à violência de gênero		
N	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ESTUDO
1	MORAES, AF; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". Sexualidad, Salud y Sociedad. 2012.	Pesquisa exploratória. Realizou observação etnográfica em Grupos de Reflexão para homens autores de violência em um Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade do Rio de Janeiro-RJ, no contexto da Lei Maria da Penha e de suas Políticas Públicas no Brasil. Objetivou analisar os significados que homens acusados de violência atribuem às agressões perpetradas contra as mulheres.
2	GOMES, NP (et. al). Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: Características Sociodemográficas. Rev Gaúcha de Enferm. 2012.	Pesquisa quantitativa descritiva. Realizou entrevistas com 50 homens e 50 mulheres com história de violência conjugal na cidade de Salvador-BA. Objetivou identificar características socioeconômicas, a análise dos dados fundamentou-se em textos que tratam da temática violência à mulher e relações com gênero, etnia e políticas públicas.
3	PAIXÃO, GPN (et. al). A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens. Texto Contexto Enferm. 2018.	Pesquisa qualitativa, exploratório-descritiva. Realizou entrevistas semiestruturadas e grupo focal com 23 homens, participantes de Grupos Reflexivos desenvolvidos no contexto da Lei Maria da Penha, junto à 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Salvador – BA. Dados organizados com base no Discurso do Sujeito Coletivo e embasados a partir da temática de violência, objetivando conhecer a experiência masculina acerca da prisão preventiva por violência conjugal.
6	NOTHAFT, RJ; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenção com autores de violência doméstica e familiar? Rev Estudos Feministas. 2019.	Pesquisa qualitativa de revisão. Realizou análise da produção acadêmica nacional e de relatórios sobre intervenções brasileiras com autores de violência. A sistematização do conteúdo ocorreu conforme os passos propostos por Bardin (1977) para realização de Análise de Conteúdo.
15	LIMA, DC; BÜCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. Rev de Saúde Coletiva. 2011.	Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva. Realizou revisão crítica da literatura nacional e estrangeira a respeito de intervenções com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher. Somado a esta revisão, o artigo traz resultados de um estudo de caso de um programa governamental de prevenção e atenção à violência doméstica e familiar, desenvolvido no Estado de Santa Catarina.

Fonte: Elaborada pelo autor.

A utilização do método de Revisão de Escopo permite ampla abrangência no que se refere ao número de sujeitos envolvidos nas pesquisas e de estudos avaliados ou utilizados como referenciais. Nessa revisão, cada um dos 12 achados sistematizados, relatavam resultados de estudos com relevância científica, seja pelo número de sujeitos envolvidos, seja pela revisão teórica estabelecida.

A maior parte dos achados se insere no campo de estudos das Políticas de Saúde destinadas a homens (sete estudos), mais especificamente, detém-se em realizar a análise da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde do Homem (PNAISH) ou de compreensões

acerca dela. O outro grupo de estudos (cinco estudos), diz respeito às Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero, centrando-se na análise das iniciativas com Grupos Reflexivos para homens ou dos discursos que circulam nesses espaços – realizados no bojo de atuação da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

Ao realizar a análise dos estudos no campo da saúde dos homens, foi possível identificar as expressões de 35 usuários dos serviços de saúde e de 17 enfermeiros trabalhadores da Atenção Básica. Em relação aos estudos sobre violência de gênero, foi possível entrar em contato com os discursos de 149 sujeitos, todos envolvidos em algum nível com o tema da violência (homens e mulheres em situação de violência conjugal; trabalhadores da área: psicólogos, assistentes sociais e educadores sociais).

De acordo com Moraes (2003), o aspecto central de uma análise qualitativa consiste na categorização das unidades anteriormente construídas - Políticas de Saúde destinadas aos homens; políticas de enfrentamento à violência de gênero, sendo esse um processo que se insere na construção de novas compreensões em relação ao fenômeno investigado. Assim, as categorias transversais que emergiram desse processo foram: O Público e o Privado nas Políticas Públicas e Homens e Políticas Públicas: Visibilidades e Invisibilizações que passam a ser descritas a seguir.

O PÚBLICO E O PRIVADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A delimitação das atuações de homens e mulheres está ligada à naturalização dos papéis atribuídos a cada gênero. Historicamente, essa estruturação tem dividido esses espaços em “âmbito do público” versus o “âmbito do privado” e, respectivamente, falam sobre o espaço de circulação dos homens e das mulheres.

O Artigo 2 (2012), ao relatar um estudo quantitativo-descritivo realizado com 100 sujeitos (50 homens e 50 mulheres), aponta essa divisão entre homens/público e mulheres/privado:

No que se refere à situação de trabalho (Gráfico 3), fica claro a associação do masculino à esfera pública e do feminino, ao âmbito do doméstico. Do total de homens que trabalham (64%, n=32), todos exercem atividades fora de casa. Vale referir que todas as atividades são tidas como do universo masculino, tais como: pedreiro, carpinteiro e mecânico. Nenhum homem referiu realizar atividades de cunho doméstico, nem mesmo em suas casas. Em se tratando das mulheres, apenas 36% (n=18) trabalham fora de casa, sendo que a maioria ocupa funções de cunho doméstico, em especial como empregadas domésticas (p. 112).

Os estudos que se dedicam às Políticas de Saúde (ARTIGO 4, 2019; ARTIGO 5, 2013; ARTIGO 7, 2013; ARTIGO 8, 2012; ARTIGO 10, 2014; ARTIGO 13, 2010; ARTIGO 14, 2013) de

fato desenvolvem uma discussão acerca de uma Política Pública direcionada aos homens, supostamente planejada e instituída, levando em conta as especificidades dessa população. No entanto, todos os estudos levantados nessa revisão que tratam do tema do combate à Violência de Gênero (ARTIGO 1, 2012; ARTIGO 2, 2012; ARTIGO 3, 2018; ARTIGO 6, 2019; ARTIGO 15, 2011) estão no campo das Políticas Públicas para mulheres, ocorrendo dentro do contexto da Lei Maria da Penha.

A partir dos dados quantitativos, é possível perceber que, ao discutirmos uma Política Pública para homens, estamos nos detendo a uma análise que circula no âmbito “público”: a Saúde Pública. Porém, quando falamos de uma política direcionada às mulheres, estamos analisando as iniciativas que se dedicam a combater um tipo de violência que, conforme demonstrado, historicamente, ocorre em grande medida no âmbito do “privado”: a violência contra a mulher.

Heilborn e Carrara (1998), ao discutirem as consequências sociais decorrentes do modo como os saberes científicos definem seus “objetos de pesquisa”, afirmam que essa definição supõe – e geralmente reforça – processos de dominação. Trata-se, essa, de outra evidência que acreditamos lançar luz a esse processo de delimitação dos espaços de circulação destinados aos homens e às mulheres: o objeto de estudo de cada campo – ou, talvez, ao que, exatamente, esses campos estejam “autorizados” a analisar.

Os artigos que se dedicam ao campo da Saúde dos Homens realizaram análises da própria política destinada a essa população. Aproximadamente 71% dos estudos situados nesse campo desenvolvem análises da PNAISH em si ou dos discursos que perpassam sua formulação, texto-base e iniciativas para sua implementação (ARTIGO 4, 2019; ARTIGO 5, 2013; ARTIGO 7, 2013; ARTIGO 8, 2012; ARTIGO 14, 2013). Esses estudos problematizam a política, apontam falhas, sugerem modificação e, até mesmo, “medem” o alcance da modificação dos parâmetros da masculinidade hegemônica no que se refere ao comportamento dos homens relacionado ao cuidado, tanto seu quando dos outros.

No outro extremo desse universo de análise, encontramos nos estudos que se direcionam às Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero – destinadas às mulheres – o foco nas intervenções desenvolvidas com homens autores dessas violências. Esses estudos dedicam-se à análise de iniciativas que objetivam tratar do “sintoma”, daquilo que acontece no âmbito privado, decorrente da forma como se estruturam as relações entre homens e mulheres, permeadas pela ideologia patriarcal, quando, muitas vezes, a violência já está instalada.

Nenhum dos achados nesse campo se dedica a realizar a análise das Políticas Públicas existentes, como encontramos no grupo anterior em ampla maioria. E, corroborando essas práticas, apenas dois dos estudos analisados problematizam o fato de o tema da violência de gênero ainda ser de responsabilidade das mulheres, apontando para a “necessidade de que o trabalho com homens se torne uma política pública”. (ARTIGO 6, 2019; ARTIGO 15, 2011).

Os achados demonstram que essas práticas estão fortemente ligadas aos discursos que perpassam as estruturas sociais, com valores ainda muito atrelados à divisão tradicional dos papéis de gênero. O Artigo 1 (2012), ao realizar uma observação de cunho etnográfico de 20 sujeitos, em Grupos Reflexivos para homens, e buscar sublinhar os significados que os homens atribuem às novas ideias, aos valores, às identidades e aos papéis, relatou que:

Alguns planos de tensão emergiam quando os assuntos requeriam reflexões sobre os papéis de homens e mulheres na família e nas relações de gênero. Acostumados a ver a responsabilidade com a família associada à atuação na vida pública para provê-la economicamente, os homens não se identificavam com a ideia de que também deveriam, ou poderiam, ser responsáveis pelos cuidados e o bem-estar emocional dos filhos e de suas parceiras (p. 50).

Dos estudos no campo da saúde dos homens, essa divisão baseada nos papéis atribuídos a homens e mulheres, fica a cargo da própria PNAISH, quando individualiza e culpabiliza os homens pelo seu distanciamento dos serviços de saúde. O Artigo 4 (2019) avalia que por mais que a política utilize o pressuposto da equidade, em interface com o termo “gênero/masculinidade”, reconhecendo que o gênero se constitui como uma das formas de organização das relações sociais, ainda demonstra que:

[...] o exame dos argumentos utilizados para justificar a implantação da política indica a centralidade de processos educativos e curativos, impregnando-os de uma visão utilitária que, de alguma forma, individualiza e culpabiliza os homens por seu distanciamento dos serviços de saúde (p.141).

O estudo relatado no Artigo 5 (2013) observa que em todo texto da PNAISH perpassa um discurso de culpabilização dos homens pelo próprio adoecimento, abrindo pouco espaço para reflexão sobre como a estruturação dos serviços de saúde contribuem para essa realidade. Evidenciando essa visão por meio do trecho do capítulo introdutório da política:

Os homens não buscam, como fazem as mulheres, os serviços de atenção primária [...] o que tem como consequência o agravamento da morbidade pelo retardamento na atenção e maior custo para o sistema de saúde (BRASIL, 2009. p. 3). O homem julga-se invulnerável, o que acaba por contribuir para que ele cuide menos de si mesmo e se exponha mais às situações de risco (BRASIL, 2009. p. 4) (ARTIGO 5, 2013, p. 435).

Esses achados demonstram que a produção das Políticas Públicas está perpassada pela ideologia patriarcal, ainda amplamente difundida nas sociedades contemporâneas. A delimitação dos espaços de atuação e circulação de homens e mulheres, baseados nos

papéis tradicionalmente atribuídos aos gêneros, causam sofrimento às mulheres – que cada vez mais buscam transcender práticas e espaços – mas, também, aos homens – com a negação do olhar para suas necessidades, tema do qual trataremos a seguir.

HOMENS E POLÍTICAS PÚBLICAS: VISIBILIDADES E INVISIBILIZAÇÕES

Ao analisar a produção científica acadêmica, a respeito de como vem sendo utilizado o conceito “homens”, para o planejamento de Políticas Públicas a eles destinadas – não encontramos os homens.

Os estudos do campo da saúde dos homens (sete estudos) têm, em sua maioria, o foco direcionado à análise da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). Os princípios e diretrizes dessa política foram elaborados no ano de 2008 (Brasil, 2008), seu lançamento oficial deu-se em 2009, pelo Ministério da Saúde, em Brasília, com a Portaria nº 1.944, de 27 de agosto de 2009. De acordo com Artigo 4 (2019), a iniciativa inovou ao propor o cuidado integral de homens entre 20 a 59 anos, sendo a primeira política de saúde da América Latina direcionada ao gênero masculino.

O outro grupo (cinco estudos) direciona-se ao campo das Políticas de Enfrentamento à Violência de Gênero, que, no Brasil, começam a se consolidar no período da abertura democrática nos anos 80, quando os movimentos feministas assumem o protagonismo em mudanças que repercutiram na luta contra a violência contra mulher (ARTIGO 1, 2012).

Para iniciarmos a discussão, utilizaremos como disparador o Artigo 7 (2013), o qual problematiza o que denominou como a “invisibilidade do poder”. O estudo de base documental realiza uma análise das interlocuções entre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (PNAISAJ) e a PNAISH, buscando, sobretudo, identificar como a perspectiva relacional de gênero e a masculinidade foram consideradas em cada política. Os resultados do estudo, além de indicarem que ambas as políticas são permeadas pela lógica da masculinidade hegemônica, colocam em evidência o fato de que a população contemplada, por ocupar, historicamente, espaços de poder e liderança, também por se constituir como normatizadora e referente para o debate em relação ao “outro”, tem o reconhecimento das suas especificidades negligenciado. Dessa forma – diferentemente das políticas de enfrentamento à violência contra mulher –, a PNAISH:

[...] não se constitui como uma construção resultante de demandas reivindicatórias de movimentos sociais dos homens e não nos remete de forma imediata a uma necessidade de atendimento diferenciado e específico em relação à população masculina no Brasil, uma vez que esta não é reconhecida como excluída ou prescindida socialmente (ARTIGO 7, 2013. p. 746).

Cabe frisar o fato de que, ao se pesquisar sobre Políticas Públicas e homens, um percentual significativo de estudos (os que se dedicam ao campo da violência) está direcionado, em verdade, às políticas destinadas às mulheres – que, por sua vez, contemplam os homens em algum nível.

Dessa forma, o estudo relatado no Artigo 6 (2019) – o qual sistematiza a produção acadêmica nacional sobre intervenções brasileiras com autores de violência – evidencia essa negação do olhar às necessidades dos homens, ao levantar que um dos eixos principais contido nesses estudos aponta para as dificuldades de implementação dessas iniciativas, que reside em: carência de recursos financeiros (atribuída à falta de força política); falta de capacitação dos profissionais e a alta taxa de desistência dos participantes (o que coloca em questão os modelos de intervenção adotados); desafios teórico-metodológicos, evidenciados pela falta de instrumentos para lidar com a variabilidade cognitiva e social dos grupos em atendimento. Além disso, o estudo problematiza o fato de esses espaços acontecerem apenas no bojo de atuação de Políticas Públicas destinadas às mulheres e defende a necessidade de torná-las Políticas Públicas destinadas a homens.

Nesse sentido, o estudo descrito no Artigo 15 (2011), inserido no mesmo campo, também contesta o fato de as Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência de Gênero serem representadas apenas pelas Políticas Públicas destinadas às mulheres. Além disso, os autores defendem que a Lei Maria da Penha não foge à visão hegemônica, em que os esforços para o enfrentamento à violência contra mulher são, essencialmente, direcionados à proteção delas e punição dos homens autores de violência.

Os estudos que se dedicam à análise das Políticas de Saúde são ainda mais claros, ao evidenciar como a invisibilização das necessidades masculinas perpassa até mesmo políticas destinadas aos homens. Os achados (ARTIGO 4, 2019; ARTIGO 5, 2013; ARTIGO 8, 2012) demonstram que, embora o documento-base da PNAISH apresente-a como uma Política Pública que “traduz um longo anseio da sociedade [...]” (BRASIL, 2009, p. 1), ao longo do texto é possível notar a contradição e a evidência de que não se trata de uma política construída a partir de demandas sociais, ao afirmar que “a mobilização da população masculina brasileira para a luta pela garantia de seu direito social à saúde é um dos desafios dessa política” (BRASIL, 2009, p. 2).

O estudo relatado no Artigo 5 (2013), pautando-se na noção foucaultiana de discurso e nos pressupostos da teoria de gênero, analisou textos e documentos oficiais do Ministério da Saúde, além de notícias jornalísticas referentes ao processo de construção, lançamento e

[Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde. v. 25, n°2, 2023. e-ISSN: 1982-3010.](#)

implantação da PNAISH no cenário brasileiro. Os resultados evidenciam a invisibilização da condição masculina na sociedade, ao apontarem que a Política destinada aos homens não surge de uma demanda reconhecida e compartilhada por toda população, sobretudo pelos homens, abrindo pouco espaço para participação deles nos processos decisórios e deliberativos. Ao reconstruir a cena enunciativa do discurso da PNAISH, entre outros fatos, o estudo aponta que a criação dessa ia ao encontro dos interesses da Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), especialmente em relação à luta da entidade pela inserção de urologistas nas unidades de Atenção Primária e o aumento dos honorários dos procedimentos e atendimentos urológicos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (ARTIGO 5, 2013. p. 434).

A evidência de que a PNAISH é desenvolvida no âmbito de um aparente jogo de interesses políticos e de instâncias médicas corrobora a discussão desenvolvida pelo Artigo 4 (2019), que toma como referência um contexto discursivo em que termos como integralidade e equidade são reiteradamente apresentados e acionados. O estudo aponta que a PNAISH é impregnada pela visão utilitária, individualizante e culpabilizante acerca do distanciamento dos homens dos serviços de saúde, contrariando o princípio da integralidade do SUS, que visa não reduzir o sofrimento do usuário a um olhar biológico. O artigo traz ainda uma crítica contundente em relação à forma que a política aplica o princípio da equidade. Enquanto, no âmbito do SUS, o princípio está destinado à produção de ofertas diferenciadas àqueles que estão em condição desigual, na PNAISH a necessidade de promover a equidade vem de um comparativo de dados estatísticos e epidemiológicos, que indicam maior morbimortalidade de homens em relação a mulheres, justificando, dessa forma, a necessidade de maior oferta de serviços a essa população. De acordo com o estudo, essa leitura reforça a naturalização de determinados comportamentos relacionados à masculinidade hegemônica, que seriam os responsáveis por expor homens a violências.

Ao utilizar dados estatísticos e epidemiológicos, a PNAISH, de acordo com o Artigo 8 (2012), reforça e legitima a saúde do homem como uma área prioritária de atenção do Estado. Ao fazer uma leitura reducionista do sujeito, cria uma visão de homem como grupo populacional específico, reproduzindo a tendência de focalização de gênero no singular, essencializando as masculinidades em um único referente de homem. Essas questões – também contempladas pelos Artigos 4 (2019) e 5 (2013) – indicam que a naturalização do papel do homem como “descuidado”, reafirma a negação de um olhar contextualizado e problematizado para a condição masculina.

A invisibilização das necessidades masculinas está presente nos discursos que circundam o olhar do homem para a própria saúde. Conforme demonstrado pelo Artigo 13 (2010), ao investigar o que pensam os homens a respeito da criação de uma Política Nacional voltada para a saúde masculina, as falas dos sujeitos demonstram esse aprisionamento consequente da masculinidade hegemônica:

[...] esses mesmos homens expressam que as mulheres têm maior necessidade de atenção à saúde, principalmente devido à “fragilidade feminina”, identificam os participantes. Estas são qualificadas como pessoas que necessitam de mais cuidado, contrariamente aos homens, concebidos como fortes ou “superiores” fisiologicamente.

[...] elas são mais fragilizadas a certos tipos de doenças e elas não percebem. Os homens não, são mais resistentes. A doença vem e demonstra mais na mulher. Para isso precisam ficar preocupadas com prevenção da saúde (ARTIGO 13, 2010. p. 220).

Nesse sentido, o estudo relatado no Artigo 14 (2013) defende que os entraves para inserção das demandas da saúde masculina não residem simplesmente na estruturação do Sistema de Saúde, mas no fato de que “essas são compostas por uma teia de valores e práticas socioculturais, ao mesmo tempo estruturante e estruturada nas relações dos homens com seus corpos, com sua saúde e com aqueles com quem se relacionam” (p. 425).

Contundente também é constatar que sob a categoria homem, conceito em geral utilizado de forma unívoca, expressando uma relação de dominação supostamente igualitária, encobrem-se masculinidades distintas que não partilham do mesmo poder. Ao contrário do que se supõe ser homem, negro e jovem em determinados lugares sociais passa a ser um fator de risco de morte (ARTIGO 14, 2013. p.423).

Em última análise, a invisibilização da condição masculina também se apresenta quando nega o olhar para os diferentes tipos de homem. Assim, aponta-se para as consequências da adoção de um modelo de masculinidade hegemônica, para o risco da negação de um olhar atento às necessidades desses sujeitos e para as diferenças entre os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo apresenta não somente resultados, mas diferentes compreensões acerca da condição do homem. A atenção ao tema das Políticas Públicas para homens inicia quando, nos Estados Unidos entre as décadas de 60 e 70, percebe-se a necessidade de lidar com paradoxo de que ao mesmo tempo em que homens detinham maior poder que as mulheres, eles tinham desvantagens em relação a elas no que se refere às taxas de morbimortalidade (ARTIGO 8, 2012).

Homens, historicamente, ocupam espaços de poder e liderança, têm a detenção do “conhecimento científico” e são os grandes protagonistas do sistema político. No entanto, estar nessa posição gerou também consequências. Nesse sentido, Heilborn e Carrara (1998) apontam que as singularidades do masculino e as condições de gênero que constituíram a(s) masculinidade(s) foram objeto de pesquisa em proporção muito inferior às do gênero feminino e as soluções para seus problemas específicos são menos conhecidas (HEILBORN; CARRARA, 1998).

Visto que buscamos os homens e suas relações com o planejamento de políticas públicas, “não encontramos os homens”, mas, sim, a força da masculinidade que encontra formas de se visibilizar. Ao se tratar de tema que diz respeito ao âmbito do “público” (em questão à saúde pública), é possível – mesmo com todos os entraves estruturais e de valores sociais – viabilizar força política e interesses diversos para o desenvolvimento de uma política na qual os homens circulam como protagonistas. Por outro lado, quando se trata de temática que aborda predominantemente o âmbito do “privado”, a violência contra a mulher, ainda está a cargo das próprias mulheres.

As políticas públicas direcionadas a homens, em relação ao tema do combate a violência contra a mulher e aos programas de acompanhamento aos agressores, são as únicas medidas além da judicialização e da punição. Cabe frisar que essas intervenções ocorrem no bojo da Lei Maria da Penha, sendo que essa apenas dispõe sobre a possibilidade do desenvolvimento de intervenções com autores de violência (ARTIGO 6, 2019).

Por fim, podemos inferir que a construção das Políticas Públicas também vem sofrendo os atravessamentos consequentes da estruturação androcêntrica de nossa sociedade. Os achados deste estudo expõem a complexidade da questão, ao mesmo tempo em que lidamos com um modelo de indivíduo, alicerçado nos papéis tradicionais, perpassando estruturas sociais.

Os discursos, que se inserem no plano simbólico, instituídos por meio de diferentes rituais que naturalizam a estrutura de poder e dominação ditam e delimitam espaços de circulação e atuação para mulheres, e, também, para homens. Esses homens, presos aos papéis de gênero, pouco questionam sobre as construções sociais em torno de sua masculinidade, exercendo-a, assim, com plena visibilidade. Negar o olhar para a condição masculina torna-se, portanto, consequência do status de poder atingido pelos homens.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. H. M. *Gênero e masculinidades: follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/8188>. Acesso em: 07 jan. 2020

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução: Sérgio Milliet. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1970.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Tradução: Maria Helena Kuhner. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. *Lei N.º 11.340, de 07 de agosto de 2006*. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 07 jan. 2020.

BRUM, C. N. Revisão narrativa da literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In: LACERDA, M. R; COSTENARO, R. G. S. *Metodologias da pesquisa para Enfermagem e Saúde: da teoria à prática*. 1ª ed. Porto Alegre: Moriá, 2016.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITO DAS MULHERES. *Mapa da Violência Contra a Mulher 2018*. Câmara dos Deputados. Fevereiro de 2019. Disponível em: <https://pt.org.br/camara-dos-deputados-divulga-mapa-da-violencia-contra-a-mulher-2018/>. Acesso em: 01 nov. 2019.

COUTO, M. T; GOMES, R. Homens, saúde e políticas públicas: a equidade de gênero em questão. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 10, p. 2569-2578, Outubro de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2020.

GOMES, N. P. *et al.* Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. *Rev. Gaúcha de Enfermagem*. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 109-116, Junho de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2020.

GOMES, R.; NASCIMENTO, E. F. A produção do conhecimento da saúde pública sobre a relação homem-saúde: uma revisão bibliográfica. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, p. 901-911, 2006.

GONÇALVES, M. da G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora. Edição do Kindle, 2013.

HEILBORN, M. L; CARRARA, S. Em Cena, os homens... *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 371-374, 1998.

KAHHALE, E. M. P. Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 2015. Cap. 10, p. 221 – 238.

LEVAC, D. *et al. Scoping studies: advancing the methodology*. *Implement Science*. v. 5, n. 1, Setembro de 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69>. Acesso em: 15 maio 2020.

LIMA, D. C; BUCHELE, F. Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 721-743, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000200020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2020.

LOPEZ, S. B; MOREIRA, M. C. N. Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens e à Saúde do Homem: interlocuções políticas e masculinidade. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 743-752, Março de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000300020&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2020.

MARTINS, A. M; MALAMUT, B. S. Análise do discurso da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. *Revista Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 429-440, Junho de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2020.

MENDONÇA, V. S; ANDRADE, A. N. de. A Política Nacional de Saúde do Homem: necessidade ou ilusão?. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 215-226, Dezembro de 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000200003&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria 1.944, de 27 de agosto de 2009*. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1944_27_08_2009.html. Acesso em: 07 jan. 2020.

MORAES, A. F; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a "responsabilização" dos "homens autores de violência". *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, Agosto de 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 maio 2020.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. *Ciência e Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

NOTHAFT, R. J; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, Outubro de 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2019000300206&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2020.

PAIXAO, G. P. N. *et al.* A experiência de prisão preventiva por violência conjugal: o discurso de homens. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 27, n. 2, Junho de 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000200327&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2020.

PEREIRA, J. *et al.* PNAISH: uma análise de sua dimensão educativa na perspectiva de gênero. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 132-146, Junho de 2019. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902019000200011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 maio 2020.

SCHAEFER, R. *et al.* Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2849-2858, Setembro de 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000902849&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2020.

SEPARAVICH, M. A; CANESQUI, A. M. Saúde do homem e masculinidades na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem: uma revisão bibliográfica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 415-428, Junho de 2013. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000200013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2020.

TEIXEIRA, D. C. *et al.* Concepções de enfermeiros sobre a política nacional de atenção integral à saúde do homem. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 563-576, Dezembro de 2014. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462014000300563&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 maio 2020.

Recebido em 02 de maio de 2023.

Aprovado em 27 de junho de 2023.

